

## Estado, Política e Classes Sociais na era Lula.

Octávio Fonseca Del Passo<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto pretende contribuir, reunindo de maneira sistemática, subsídios sobre o Estado e as classes sociais na década de 1990 e 2000. Irei focalizar nas movimentações da classe trabalhadora e da burguesa, assim como suas respectivas frações. Considero fundamental essa reflexão para entendermos o que significa os governos PSDB, a polarização entre esse partido e o PT e quais as principais contradições entre as frações de classe dentro do bloco no poder. Devido à extensão do assunto, optei por não expor as movimentações sobre a conjuntura internacional contemporânea aos fatos narrados sobre o Brasil. Não estamos ignorando, nem mesmo menosprezando a importância delas. Sabemos a profundidade dessas ligações e o quanto isso implica no processo histórico dos países dependentes.

**Palavras-chave:** Estado; classes sociais; Política; sindicalismo; Brasil.

### A ofensiva neoliberal

Durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, o conjunto de conflitos entre as classes sociais desencadeados pela crise do desenvolvimentismo gerado pela ofensiva neoliberal e pela redemocratização do país, propiciou a ascensão de um modelo híbrido do modo de produção capitalista, o neodesenvolvimentismo<sup>2</sup>.

O processo de ofensiva do modelo neoliberal por parte do Estado brasileiro em fins da década de 1980 e início da década 1990, alterou a situação das classes sociais no país e suas respectivas frações, assim como a ligação dessas com o cenário internacional. Isso significa

---

<sup>1</sup> Cursando o último ano de graduação em Ciência Política e Sociologia na Universidade Estadual de Campinas.

<sup>2</sup> Utilizamos o prefixo neo para designar uma diferença com o desenvolvimentismo clássico. São três as principais diferenças: a primeira é que hoje a burguesia interna inclui no seu projeto os compromissos com o capital financeiro internacional. Segue que o neodesenvolvimentismo possui um nível mais baixo de crescimento porque está limitado pelo capital financeiro internacional, a rolagem da dívida e o juro inibem o investimento e reforça-se assim, o baixo crescimento essas duas consequências são características neoliberais. A segunda diferença é que o neodesenvolvimentismo aceita a especialização regressiva, avanço neoliberal do capitalismo sobre os países dependentes. Assim a produção concentra-se no setor primário ou indústria de transformação com baixa tecnologia agregada. E a terceira é que visa *prioritariamente* o mercado externo. (BOITO, 2012).

dizer que foi alterado o peso econômico, o perfil e a correlação política de forças que encontrávamos no período precedente, o desenvolvimentismo.

Essas mudanças desencadearam conflitos de novo tipo, de maneira que tivemos como consequência o desenlace de novas alianças e novas frentes políticas, para responder aos novos interesses e as novas táticas. Por parte da burguesia tanto quanto dos trabalhadores.

A década de 1980 no Brasil foi também o momento da abertura política do país. Por um lado esse momento foi marcado pela força popular que estava mobilizada e unificada na luta pelo voto direto. Surgiram partidos, movimentos sociais e centrais sindicais chegando a concretizar algumas das maiores organizações de massa da história nacional, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Já nesse período, se dedicarmos um pouco mais de atenção podemos perceber claramente que nem todas as frações da burguesia se sentiam contempladas nesse novo projeto imperialista. Estamos falando de parte do setor agrícola, da indústria nacional e pequenos comerciantes. É possível notar que parte da burguesia interna (Poulantzas, 1975) temia que o avanço do Capital imperialista no país pudesse por em competir com os investimentos feitos por ela ou bloquear novos planos de investimentos.

A fração da burguesia interna temia perder as medidas protecionistas que precisavam como contrapartida do Estado, para verem realizado seu lucro. Todavia, como de tradição mantinham uma postura mais tímida e não arriscavam enfrentar o capital financeiro internacional, pois temiam a aliança com a classe trabalhadora, força necessária a essa resistência.

Esse embate econômico tinha uma luta política por trás e o acúmulo de forças propiciadas pela redemocratização do país criou, nesse período, a unidade da esquerda num programa mínimo que somado a mobilização popular de rua em torno das Diretas Já, resultou num novo projeto histórico de reformas de base da classe trabalhadora brasileira, resumido e pautado nos programas do PT.

Esse cenário tensionado pelas disputas nas ruas fez com que a burguesia interna recuasse pelo medo de levar Lula à vitória na eleição presidencial. Mesmo com um discurso agressivo e capaz de organizar lutas de massa unitárias o PT não foi capaz de assegurar a divisão da classe burguesa e no último momento a burguesia interna aderiu ao lado do capital

financeiro apoiando a campanha de Fernando Collor e os liberais ortodoxos. Com a vitória de Collor se inicia um período de forte ofensiva neoliberal no Brasil que dividiremos para efeito pedagógico em três fases. Vejamos.

1) Dos anos 1990 até 1996, período caracterizado pelos governos Collor, Itamar Franco e os dois primeiros anos de governo FHC.

a) Essa primeira fase é caracterizada por uma ofensiva muito forte do capital (1990/1991), que se aproveita do clima resultante da queda do muro de Berlim e da derrota de Lula para impor bruscas reformas que necessitavam para a implantação do neoliberalismo.

Devido a essa bruta ofensiva no primeiro ano Collor a burguesia interna não tardou a se sentir novamente ameaçada pela nova frente que estava compondo com o capital financeiro e as grandes indústrias (empresas) multinacionais.

b) Esse período é seguido por muitos conflitos entre as classes e frações envolvidas devido ao acúmulo de contradições sociais que as reformas trouxeram. Outro motivo são as perdas econômicas que a burguesia interna teve com as reformas. Se sentindo lesada, esse setor burguês se soma as forças populares na campanha pelo impeachment de Collor (92).

c) Temos como consequência uma etapa de recuo (93/94). Período em que o capital financeiro tentava atrair de volta ao círculo de influência a burguesia interna. Houve muitos atritos, mas depois de muita diplomacia durante todo governo Itamar Franco foi possível acordar entre as frações burguesas o nome de Fernando Henrique Cardoso como melhor gerente capitalista.

2) A segunda etapa dura de 96 a 99, correspondendo ao primeiro mandato de FHC, e tem como característica uma fase de avanço nas reformas que Collor falhara e o início da consolidação do projeto. Em grande parte isso foi possível, pois com o plano real e a estabilidade econômica houve um refluxo das reivindicações massas brasileiras.

O primeiro mandato de FHC foi levado de maneira mais habilidosa, logrando mais êxito no avanço concreto e ideológico. O capital internacional convenceu a fração da burguesia interna com o discurso da estabilidade monetária e o controle da inflação. Impuseram assim, reformas importantes e avançaram com as privatizações dos setores estratégicos.

3) Por fim temos a fase de estabilização, período menos ofensivo, de contenção das contradições que as reformas causaram. Aqui colocamos o segundo mandato de FHC, mas também enquadramos nesse período o primeiro mandato do governo Lula.

### **Novo rearranjo burguês do bloco no poder**

No período acima referido, a camada da burguesia interna embora acumulasse críticas ao neoliberalismo pela rapidez com que foi aberto o mercado brasileiro ao capital internacional, mantiveram uma posição defensiva diante dele. Já nos anos 2000, com a vitória de Lula vemos uma nova postura dessa fração burguesa que se tornará ainda mais evidente com a reeleição de Lula em 2006. Em consonância inclusive com a política externa desses governos – relação sul-sul - essa fração burguesa partiu para competir os mercados dos países vizinhos que também haviam sido abertos pelas políticas neoliberais (BERRINGER & BOITO, 2013).

Isso só foi possível porque junto com o movimento popular e operário lograram formar uma nova hegemonia dentro do bloco no poder (POULANTZAS, 1975). Nosso estudo aponta, pelo menos provisoriamente, que o neodesenvolvimentismo é a síntese político econômica dessa nova hegemonia do bloco no poder. Trata-se de uma situação em que a burguesia interna é a força política hegemônica, dita as lutas travadas, mas o sucesso delas depende da força principal, que é o movimento popular e operário (BOITO, 2012).

A tese é, portanto, que a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao cargo máximo do executivo federal foi ao mesmo tempo produto e consequência de mais um dos rearranjos entre as forças burguesas que compõe<sup>3</sup> o bloco no poder, resultando num melhor posicionamento para a burguesia interna. Reconhecemos como burguesia interna a fração da grande burguesia industrial paulista, as grandes construtoras brasileiras, parte do agronegócio e parte do capital financeiro nacional (BOITO, 2012).

Para demonstrar o estreito laço entre o PT e a burguesia interna é necessário citar alguns acontecimentos. Já no segundo mandato do governo FHC a burguesia interna realizou, em maio de 1996, um protesto em Brasília contra o fechamento de indústrias causado pela abertura comercial. Participaram industriais de todas as regiões do país. Esse movimento

---

<sup>3</sup> - A fração da burguesia interna, sempre esteve na composição do bloco no poder, só não ocupava uma posição hegemônica dentro desse (BOITO, 2012). (Poulantzas, 1975) (Poulantzas, 1975)

permitiu com que o movimento operário visse com bons olhos os industriais e na conjuntura de ofensiva do neoliberalismo foi possível que essa fração burguesa cedesse a se unir ao movimento sindical para defender suas demandas (BOITO, 2012). Está registrado inclusive, apoio da FIESP á proposta de greve geral feita pelas principais centrais sindicais (BOITO, 2012). Foi um momento efervescente quando também acontecem greves com ocupação do lugar de trabalho organizadas, inclusive pela Força Sindical<sup>4</sup>. Essa Central até então se mostrava simpática às reformas neoliberais, mas entra em consonância com a frente ascendente.

A posse de Lula em 2003 e a de Paulo Skaf em 2004 como presidente da FIESP parecem provar a tese do neodesenvolvimentismo enquanto produto de uma nova hegemonia. É sabido que Skaf contou com o apoio do Planalto na candidatura. Da mesma forma, é sabido que Lula teve papel ativo na posse de Skaf, assim como no lançamento da *Revista da Indústria* (BOITO, 2012), que passaria, a partir da nova direção da FIESP a pautar o governo com as demandas desse setor.

Ainda mais notável é que logo no início dos governos Lula, quando foi criada a crise política que ficou conhecida como “mensalão”, a FIESP fez vista grossa às denúncias e as minimizava dizendo se tratar de caso pequeno e rotineiro. No primeiro momento manteve a posição de que o Brasil não poderia parar, e que todos deveriam voltar ao seu trabalho. No segundo momento passou a ofensiva afirmando que esse problema no Brasil só seria resolvido com uma reforma política (BOITO, 2012), que não se tratava, portanto de um problema do governo tucano ou do petista. Parece-me uma evidente demonstração de apoio dos industriais paulistas ao PT.

Ainda sobre o escândalo gostaria de frisar que foi de tal tamanho que derrubou Palocci, ministro da Fazenda. Foi substituído por Guido Mantega, até então presidente do BNDES. A substituição de um economista monetarista por um heterodoxo, ainda que tenha propiciado às classes populares um significativo aumento na qualidade de vida, foi uma grande vitória da burguesia interna frente à pressão do capital internacional. Foi um avanço

---

<sup>4</sup> - Esses fatos também comprovam as teses de aproximação entre CUT e FS nesse período.

para essa fração, acima de tudo, porque logo conseguiram pautar e implantar reformas no modelo neoliberal aliviando os setores onde eles sentiam maior pressão<sup>5</sup>.

A política econômica petista é, portanto, resultado de uma frente ampla e heterogênea, ela condensa a contradição do neodesenvolvimentista num programa de conciliação de classe. Resultou, por exemplo, o PAC e o programa Minha Casa Minha Vida, programas elaborados para atender as demandas das grandes construtoras atende também, parte das demandas de urgência da base eleitoral que sustenta o fenômeno do lulismo (SINGER, 2012).

Para satisfazer parte do setor financeiro nacional, grandes volumes em dinheiro para pequenos produtores e para os consumidores foram liberados. Essa medida, como todas, têm sua contradição e consente com as demandas de parte do setor financeiro ao passo que contempla as urgências de parte significativa da população de baixa renda, que não tinha acesso a crédito e ainda dos industriais. Tudo isso, é importante que seja dito, em detrimento do setor financeiro internacional.

Para satisfazer os industriais, o governo desenvolveu políticas-econômicas tais qual a redução do juro, financiamento via BNDES, investimento em infraestrutura, redução de impostos para consumo, redução da tarifa energética, centenas de medidas protecionistas, incentivo e crédito ao consumidor.

### **Classe trabalhadora e instrumentos sindicais**

A chegada do Partido dos trabalhadores ao poder executivo federal também foi produto e consequência de uma reconfiguração na classe trabalhadora. Na carta aos brasileiros, já em 2003, Lula evidenciou que a frente neodesenvolvimentista era dirigida pela burguesia interna e que, portanto levaria a cabo algumas reformas em prejuízo da classe trabalhadora.

De acordo com Galvão (2012), a reforma da previdência foi a de maior impacto, o descontentamento das (os) servidoras (es) públicas (os) filiadas (os) a CUT e ao PT fez aflorarem discordâncias dentro das organizações citadas. Foi nesse período que tivemos a

---

<sup>5</sup> - Não posso deixar de lembrar que as reformas são no modelo e não de modelo, de modo que são reformas de caráter neoliberal. Como lembraria Boito (2012) quando falamos do neodesenvolvimentismo “trata-se do desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico.” (p. 69).

criação de mais dois instrumentos sindicais: em 2004 a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) e em 2006 a INTERSINDICAL.

A iniciativa de criar a Conlutas foi das (os) companheiras (os) do Movimento por uma Tendência Socialista, e algumas correntes do PSOL (Movimento de Esquerda Socialista/MÊS, Movimento de Ação Sindical/MAS e, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade/MTL). Galvão (2012) afirma que é interessante notar que a Conlutas não foi fundada com a configuração de uma central sindical, vindo a tornar-se uma apenas no congresso realizado em 2006.

O segundo instrumento criado, a Intersindical<sup>6</sup>, foi iniciativa de companheiros (as) dirigentes da Alternativa Sindical Socialista (ASS), Unidade Classista (PCB) e correntes do PSOL (Coletivo Socialismo e Liberdade/CSOL, Ação Popular Socialista/APS e Enlace). Vale destacar que a Intersindical não se configura como uma central sindical, de maneira que alguns dos sindicatos filiados a ela ainda são filiados à CUT. Formou-se como algo semelhante a uma frente contra reformas neoliberais nos governos PT, ainda que haja a intenção por parte dos integrantes desse setor em transformá-la numa central.

A Conlutas defende que a organização tenha o caráter de central sindical, mas ao mesmo tempo seja uma Central Popular. Uma Central Sindical e Popular que não possui direção eleita, mas sim coordenação indicada pelos integrantes. Dessa maneira incorporam a ideia de que o povo também se organiza fora do local de trabalho. Conseqüentemente defendem que esses movimentos populares tenham voz dentro da central. A Intersindical discorda dessa visão e assume o discurso de que os trabalhadores devem se organizar no lugar de trabalho e que o sindicato e as centrais tenham o papel de fazer lutas econômicas e específicas das categorias. Argumentam ainda que a proposta de Central Sindical e Popular é uma manobra para aumentar a participação dos setores que abrangem menor parcela dos sindicatos (ou os menos importantes) possuindo menos representatividade consigam a hegemonia com auxílio do movimento estudantil, por exemplo, como ocorre na CONLUTAS com a ajuda da Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL).

---

<sup>6</sup> - Desde 2008, dividida em: Intersindical – instrumento de luta e organização da classe trabalhadora e Intersindical – instrumento de luta, unidade de classe e construção de uma nova central. (GALVÃO, 2014).

Ainda segundo Galvão (2012), podemos notar que a classe trabalhadora se movimentou no seguinte sentido<sup>7</sup>:

**1) O movimento de aproximação entre CUT e Força Sindical (FS).**

A FS sempre foi uma central patronal, por isso teve fortes embates com a CUT na década de 1990, anos que a última fazia oposição. No entanto conforme o PT chegou ao poder o projeto da CUT se evidenciou: propiciar a compatibilidade de projeto entre o trabalho e o capital produtivo. Esse é o pano de fundo, que proporciona a possibilidade de operários e populares sentarem à mesa para discutir qual a melhor maneira de administrar o capitalismo, com o Estado e a burguesia. Essa é frente neodesenvolvimentista. A CUT com os governos do PT adquiriu uma melhor posição de negociação com o Estado e a classe patronal dentro da frente.

A CUT para não se ver isolada nas negociações sindicais (à direita a FS e à esquerda Conlutas e Intersindical) trouxe também a FS para a base do governo, mas contraditoriamente é possível ver uma movimentação maior do setor atrelado ao governo. A divisão sindical ocorrida nesse período aumentou a disputa dos sindicatos de base, fazendo com que a cúpula começasse a olhar novamente para suas bases. Isso se expressa, por exemplo, nas mobilizações unitárias que aconteceram. Só foram possíveis porque essa cúpula sentiu a ameaça da oposição, por um lado, e por outro percebeu que sem a mobilização não tiraria proveitos próprios de uma frente que não dirige.

**2) A criação de organismos tripartites no governo Lula.**

Possui a finalidade de discutir e tentar criar consensos em torno de assuntos polêmicos, levando à mesa governo, patrões e empregados. Essa prática ao longo de três mandatos acabou se fortalecendo e servindo como política aglutinadora, girando o eixo da luta sindical para dentro das salas de reuniões.

---

<sup>7</sup> - Optamos por utilizar as movimentações organizativas, entretanto sabemos que é muito valiosa a análise das bases sociais que cada instrumento trabalha e seus respectivos programas. Isso nos ajudaria a comparar o discurso de cada uma com o posicionamento concreto de cada corrente diante das demandas de suas bases. Há setores que podem se mostrar mais combativos por serem dirigentes de camadas menos favorecidas nessa frente. Há setores que podem se mostrar mais acomodados por terem uma base mais satisfeita com os últimos governos. Há categorias com mais capacidade de pressão que outras por terem uma base maior ou mais importante no setor produtivo, enfim. Essa análise ficará pendente por ser assunto de longo folego.

Ademais podemos dizer que a prática frequente, que o governo tem de escalar quadros sindicais para cargos do Estado ou do governo, atrela cada vez mais a cúpula sindical com os governos do PT, trazendo prejuízos e descrédito às organizações dos trabalhadores.

### **3) Reforma sindical.**

O reconhecimento estatal das centrais sindicais pelo governo PT abriu espaço para o financiamento público das mesmas. Esse novo fato no cenário sindical brasileiro ajudou a gerar as bases para as mudanças ocorridas, na medida em que as forças políticas viram a possibilidade de financiamento das organizações e realizaram diversas movimentações para tal.

Analisando as consequências desse processo podemos perceber um movimento contraditório. Temos movimentos de junção, como no caso da União Geral dos Trabalhadores (UGT) que resultou da união de pequenas e inexpressivas centrais como a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), Confederação Geral do Trabalho (CGT) e Social Democracia sindical (SDS). Essa nova reconfiguração parece ser mais pragmática<sup>8</sup> do que ideológica, já que sem esse movimento o recurso financeiro proveniente do Estado a cada uma delas separadamente seria pequeno, em alguns casos não sobreviveriam. Visão, portanto os recursos econômicos como forma de auto reprodução.

Por outro lado, tivemos movimentos de separação, como no caso da CTB, racha da CUT. Nesse caso temos uma força política maior, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que tem força social e se vê na possibilidade de arrecadar montantes animadores de recursos para criar sua central.

### **Realinhamento do eleitorado.**

Em Os sentidos do Lulismo, Singer defende que houve a concretização de um realinhamento do eleitorado brasileiro nas eleições de 2006 e que, aponta, terá longa duração. Nos mostra que até as eleições de 2002, Lula tinha um voto majoritariamente escolarizado e concentrado nos grandes centros urbanos do Sul e Sudeste, sendo uma candidatura que ainda canalizava votos de grande parte da classe média. Na eleição posterior a essa os votos de Lula

---

<sup>8</sup> - (GALVÃO, 2012).

provieram, sobretudo da parcela não escolarizada que vive nos grotões do Norte e Nordeste, que o autor denomina subproletariado<sup>9</sup>.

Segundo esse autor, o subproletariado alçou à política pela primeira vez de maneira independente<sup>10</sup> do poder latifundiário local (SINGER, 2012). Ela agora elege os governos petistas por sentir a rápida diminuição da pobreza promovida pelas medidas de governo do PT. Esse partido passa a assumir o papel de partido dos pobres que partidos como o PMDB desempenhavam. Percebemos, portanto uma base material nesse realinhamento eleitoral, mais do que ideológica.

As medidas que são apontadas como bases materiais do lulismo são divididas em três momentos<sup>11</sup>. O primeiro (2003 – 2005) é o momento do aumento do juro, cambio flutuante e a reforma da previdência, mas também a concessão de benefícios para o subproletariado como, por exemplo, o Programa Bolsa família (PBF), o aumento do crédito e a valorização real do salário mínimo. As primeiras medidas (junto ao chamado mensalão) afastaram o eleitorado classe média do PT, já a segundo aproximou o subproletariado. O segundo período se inicia em 2006 com a substituição de Guido Mantega. Foi o momento de redução dos juros, maior valorização do salário mínimo e flexibilidade nos gastos públicos que gerou empregos e ajudou no combate a pobreza. O pico desse período foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 que ativou o investimento estatal aumentando o mercado interno e induzindo o setor produtivo nacional. Por fim, temos o período que se inicia em 2008 com a quebra do Lehman Brothers. A resposta do governo foi estimular ainda mais o consumo interno com o uso intensivo dos bancos públicos facilitando o crédito, a redução do IPI e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Segundo Singer essas medidas são a realização do programa do subproletariado, base eleitoral do lulismo. Entretanto, nos parece mais convincente os argumentos usados por Boito (2012) para demonstrar que na verdade que essas medidas tomadas pelos governos chefiados pelo PT são o programa da grande burguesia interna, ainda que as realizações acima mencionadas tenham sido responsáveis de fato pelo realinhamento eleitoral.

---

<sup>9</sup> - Termo foi definido por Paul Singer (1982), em que André Singer se inspira.

<sup>10</sup> - Assumimos essa afirmação de Singer (2012) mas a relativizamos devido as alianças e concessões que a atual política institucional brasileira demanda para seu funcionamento.

<sup>11</sup> - (SINGER, 2012).

Boito (2012) argumenta que Singer decorre nesse erro por utilizar o conceito de Bonapartismo, desenvolvido por Marx no clássico *O dezoito de brumário de Luís Bonaparte*, para analisar a situação francesa. Não é, todavia o que acontece no Brasil. Uma das características do subproletariado apontado por Paul (SINGER, 1981) é que essa fração de classe não se organiza e não possui programa próprio. Como poderia então, o lulismo ser a concretização do programa desse setor social?

### **Contradições do projeto neodesenvolvimentista.**

O esforço que fizemos até agora foi de tentar fazer uma síntese da configuração atual das forças dentro do aparelho estatal e do processo em que a burguesia interna logrou a hegemonia dentro do bloco no poder. A diferença entre uma frente e uma aliança é que nesta a um acordo explícito e um programa mínimo. Já na frente, justamente por não haver um acordo e um programa existem contradições explícitas. Algumas delas deixam claro que elas são inerentes à própria posição de classe e que não são facilmente resolvidas. Elas são, portanto deixadas em segunda mão por um interesse maior<sup>12</sup>, o controle do capital internacional e a proteção dos mercados brasileiros. Vejamos<sup>13</sup>:

A primeira grande contradição elencada é a que opõe a grande indústria e o sistema bancário nacional. Ambos querem e precisam da proteção do Estado, a indústria pede proteção do mercado interno para seus produtos e os banqueiros a proteção sobre a entrada de capital. Ambos atuam unidos na preservação de parte dos grupos locais. Discordam, todavia, quando o assunto é o juro. Os industriais o querem baixo, facilitando financiamentos estáveis de longo prazo, os bancário querem o maior possível.

Há também contradição da grande indústria com o agronegócio. O agronegócio pressiona o Estado brasileiro para enfrentar os países de economia central, via Organização Mundial do Comércio (OMC), no sentido de acabarem com o subsídio dado por esses países aos produtos agrícolas. Todavia a moeda de troca pedida pelos países compradores das *commodities* brasileiras é a abertura do mercado nacional para produtos manufaturados deles. O agronegócio, dessa maneira, também pressiona o Estado brasileiro a realizar a abertura aos

---

<sup>12</sup> - A burguesia interna defendendo o mercado interno e limitando o capital financeiro, o proletariado defendendo o aumento do salário mínimo e o baixo desemprego e o subproletário os programas sociais e a estabilidade econômica.

<sup>13</sup> - Todas retiradas do artigo "Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder.". (BOITO e GALVÃO, 2012).

manufaturados importados, acaba por entrar em conflito direto com a burguesia interna que pede por proteção do Estado.

A terceira contradição é interna ao agronegócio. Existe parte do setor agrícola que teme a relação do governo PT com os movimentos do campo, fazendo assim dura oposição ao governo e aos setores populares envolvidos por essas demandas. Há, contudo, uma parcela que foi tratada com carinho pelo governo PT, por exemplo, parte do setor frigorífico. O governo praticamente criou as condições de oligopólio da carne brasileira, fato que, por sua vez garantiu nesse setor uma grande força concentrada.

Temos a clássica contradição entre grande indústria e trabalhadores. Os industriais querem manter no programa do governo as reformas trabalhistas neoliberais ainda não realizadas, por exemplo, a PEC da terceirização. Por sua vez, os trabalhadores organizados pressionam o governo contra elas e tentam pautar medidas mais progressistas, como a redução da jornada de trabalho.

Por fim a não menos clássica contradição entre o agronegócio e o camponês. Todas as funções ativas do agronegócio, propriedade da terra, produção agrícola monocultora, grande pecuária, a própria comercialização desses produtos e o intermédio do capital financeiro nesses ciclos de produção choca-se com os interesses dos sem terra e mesmo dos pequenos e médios produtores. E claro, em contrapartida toda demanda por terra choca-se com os setores do agronegócio.

### **Conclusão.**

Demonstramos que o processo de ofensiva neoliberal no Brasil a partir da década de 1990 teve fortes consequências nas organizações da classe trabalhadora e também na organização da classe burguesa dentro do Estado. Frisamos como reflexo dessa reorganização um realinhamento das bases eleitorais que, ainda que não realize seu programa, garante a legitimidade nas urnas, da hegemonia da burguesia interna, dirigente da frente neodesenvolvimentista.

O processo de descontentamento das frações da burguesia interna e parte da classe trabalhadora que levou a alteração da fração hegemônica dentro do bloco no poder apontado por Boito (2012) tem estreita ligação com as políticas que permitiram o realinhamento eleitoral apontado por Singer (2012). As demandas dessa burguesia interna atendidas pelos

governos Lula no sentido prioritário do estímulo ao mercado interno e proteção frente ao capital financeiro internacional. São medidas compatíveis com parte das demandas da fração subproletária apontada por Singer (2012). Os programas e estímulos levados a cabo por Lula representam essa síntese.

Devemos tomar cuidado, todavia, ao apontar o fenômeno do lulismo como uma espécie de bonapartismo. Não se trata disso, mas sim uma frente política que condensa os interesses compatíveis de frações de classe burguesa e proletária, deixando em segundo plano todas as contradições entre as frações que a compõem. Singer (2012) comete um equívoco quando interpreta esse fato. Os governos petistas, encabeçados por Lula governaram para a burguesia interna ainda que aceitem concessões para outras frações, incluindo a classe trabalhadora, como demonstrou Boito (2013).

A reorganização da classe trabalhadora e das instituições por ela utilizada passou por um período de crise organizativa, mas como apontam Boito e Marcelino (2010) o movimento sindical avança tanto no número de greves quanto no número de greves ofensivas e com ganhos reais. Essas movimentações são atribuídas por Galvão (2012) tanto ao incentivo da competitividade por filiações advindo do Estado quanto da própria movimentação espontânea que aumenta nas bases. Sabemos que a unidade da frente neodesenvolvimentista foi possível graças ao crescimento do PIB brasileiro ao longo desse período, garantido pelo aumento dos preços das commodities, que permitiu pequenas concessões à classe trabalhadora sem que houvesse perdas para a grande burguesia interna, e pela aceitação da negação da contradição capital-trabalho pelas principais centrais sindicais (GALVÃO, 2012). Com o atual baixo crescimento econômico e um aumento da movimentação sindical pelas bases tudo indica que veremos o período mais instável da frente neodesenvolvimentista.

### **Referências:**

BOITO Jr, Armando. *O lulismo como bonapartismo: uma crítica às teses de André Singer*. In: *Crítica Marxista*, n.37, 2013, p.171-181

\_\_\_\_\_. A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO, A.; GALVÃO, A. (orgs.). *Política e classes sociais nos anos 2000*. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2012, p.67-104.

\_\_\_\_\_. *A hegemonia neoliberal no governo Lula*. In: *Crítica Marxista*, n.17, 2003, p.10-36.

BOITO JR, Armando.; BERRINGER, T. Brasil: *Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governo Lula e Dilma*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.21, n.47, 2013, p. 31-38.

BOITO JR. Armando.; MARCELINO, Paula. *O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greve na década de 2000*. Cadernos CRH, Salvador, v.23, n.59, 2010, p.323-338.

GALVÃO, Andréia. *A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise de sindicalismo brasileiro*. In: Crítica Marxista, n.38, 2014, p.103-117.

\_\_\_\_\_. *A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula*. In: BOITO, A.; GALVÃO, A. (orgs.). *Política e classes sociais nos anos 2000*. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2012, p.187-221.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.